



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/SE

Edital nº 01/2019/2019-CPL/SELOG/SR/PF/SE

Processo nº 08520.003334/2019-96

EDITAL
CREDENCIAMENTO Nº 01/2019
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08520.003334/2019-96)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a União, por meio da Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe, sediada à Avenida Augusto Franco, nº 2260, Bairro Siqueira Campos, Aracaju/SE, CEP 49045-100, realizará Credenciamento de instituições financeiras visando firmar Termo de Cessão de USO a título **ONEROSO**, para posterior instalação de terminais de Auto Atendimento, de acordo com as regras e exigências estabelecidas neste edital e anexos e pelos ditames da Lei 8.666/93.

1. DO OBJETO

1.1. Credenciamento de Instituições Financeiras para Cessão de uso (a título oneroso), de espaço físico nas dependências da Polícia Federal em Sergipe, visando a instalação de terminais de Auto Atendimento, conforme exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Instituição Financeira (de acordo com a Lei nº 7492/86): pessoa jurídica de direito público ou privado que tenha como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia, emissão, distribuição, negociação, intermediação ou administração de valores mobiliários.

1.1.2. O preço total da cessão onerosa é de R\$ 203,81 (duzentos e três reais e oitenta e um centavos) já inclusos os valores rateados e a onerosidade conforme discriminados no Termo de Cessão de Uso.

2. DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

2.1. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site www.comprasnet.gov.br, e também poderão ser retirados na sede da Polícia Federal em Sergipe, sediada na Avenida Augusto Franco, nº 2260, Bairro Siqueira Campos, setor CPL/SELOG/SR/PF/SE.

3. DA FORMA E PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

3.1. As Instituições Bancárias aptas e interessadas em celebrar Termo de Cessão de Uso com vistas a instalação de terminais de auto atendimento deverão encaminhar sua manifestação de interesse ao e-mail: cpl.srse@dpf.gov.br, a qualquer tempo durante o período credenciamento que se iniciará após 08 dias úteis da data de publicação do aviso no Diário Oficial da União.

3.2. O prazo de vigência do credenciamento será de 5 (cinco) anos e iniciar-se-á com o término do prazo de aviso de publicação.

3.3. A interessada em celebrar o Termo de Cessão de Uso com a Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe, deverá manifestar interesse conforme modelo disponibilizado no Anexo II deste

Edital.

4. DA PARTICIPAÇÃO E CONDIÇÕES DO CREDENCIAMENTO

4.1. Poderão habilitar-se para o presente Credenciamento as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de Banco Múltiplo, Comercial ou Cooperativo, ou Cooperativas de Crédito, que atendam as condições deste Edital e seus anexos, obedecida a legislação vigente.

4.1.1 Poderão habilitar-se a qualquer tempo, dentre o período disposto no item 3.2 qualquer instituição que atenda o previsto no item 2.2 do termo de referência.

4.2. Será vedada a participação de instituições quando:

4.2.1. Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;

4.2.2. Sob processo de concordata ou falência;

4.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou quaisquer distritais, considerada a sede ou o principal estabelecimento da proponente.

4.3. É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros do objeto do presente credenciamento

4.4. O recebimento e análise das propostas de adesão ao presente credenciamento ficarão a cargo da Comissão de Licitações, à qual competirá:

4.4.1. Receber as manifestações de interesse encaminhadas pelas Instituições Bancárias;

4.4.2. Examinar os documentos apresentados de acordo com o disposto neste Edital;

4.4.3. Lavrar ata circunstanciada com o resultado da análise da documentação apresentada, ao final da qual deverá emitir seu julgamento;

4.4.4. Analisar e julgar recursos que porventura possam surgir em razão da inabilitação ou desclassificação de interessados, que se interpostos deverão obedecer aos moldes do art. 109 da Lei 8.666/93 e, caso necessário, dirigidos à autoridade competente.

4.5. Lavrada ata, a Instituição Bancária será informada do resultado e convocada para assinatura do Termo de Cessão de Uso.

4.6. Para cada Termo de Cessão de Uso será autuado processo específico que seguirá os trâmites legais aplicáveis.

4.7. O Termo de Cessão de Uso terá eficácia plena após a publicação de seu extrato através de imprensa oficial.

5. DA HABILITAÇÃO DOS INTERESSADOS

5.1. As empresas interessadas em se credenciar em deverão apresentar os seguintes documentos:

5.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações devidamente registradas, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhadas da Ata arquivada da Assembleia da última eleição da Diretoria ou ato consolidado;

5.1.2. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro, ou autorização para funcionamento, expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

5.1.3. Declaração do Banco Central de que a instituição financeira está em pleno uso e goza de suas atividades, e não se encontra em processo de liquidação extrajudicial, ou cópia do certificado de autorização de funcionamento expedido pelo Banco Central;

5.1.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

5.1.5. Prova de inscrição no cadastro de Contribuinte Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.1.6. Certidão Negativa de Débito Estadual;

5.1.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.1.8. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

5.1.9. Prova de regularidade fiscal quanto ao débito municipal do domicílio sede da proponente, ou equivalente, na forma da Lei;

5.1.10. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 5.1.11. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial;
- 5.1.12. Declaração de que cumpre as disposições do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 5.1.13. Indicação de representante legal da proponente, com a respectiva documentação, para praticar todos os atos necessários em nome da Instituição Financeira, em todas as etapas deste Credenciamento e para o exercício de direitos e assunção das obrigações decorrentes do contrato.
- 5.2. Como requisito de habilitação se verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 5.2.1. SICAF;
 - 5.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - 5.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - 5.2.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- 5.3. Os documentos necessários poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório, ou publicação em órgão de imprensa oficial ou autenticada por membro da Comissão Especial de Credenciamento mediante exibição do original.
- 5.4. Dos documentos acima listados, poderão ser dispensados os itens 5.1.1 e 5.1.2 em se tratando de Instituição Bancária devidamente habilitada pelo Banco Central – BACEN.

6. DO DESCREDENCIAMENTO

- 6.1. O presente credenciamento tem caráter precário. Caso não tenha mais interesse no objeto, a qualquer momento, o CREDENCIADO poderá solicitar descredenciamento.
 - 6.1.1. O CREDENCIADO que desejar iniciar o processo de descredenciamento deverá solicitá-lo mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 6.2. O CREDENCIADO, o Usuário ou a Administração podem denunciar o credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e no cumprimento das normas fixadas neste Edital ou na legislação pertinente.
- 6.3. A Administração pode, a qualquer momento, solicitar um descredenciamento se o Credenciado deixar de executar o acordado.
- 6.4. Fica facultada a defesa prévia do CREDENCIADO, a ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação de descredenciamento.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- 7.1. Executar o serviço em conformidade com as condições estipuladas por este Edital, Termo de Referência e no Termo de Cessão de Uso, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, observando as recomendações de boa técnica, norma e legislação.
- 7.2. Dar ciência ao CREDENCIANTE dos motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços dentro do prazo previsto na requisição de serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços.
- 7.3. Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação.
- 7.4. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse do CREDENCIANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços.
- 7.5. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Cláusula Terceira do Termo de Cessão de Uso, Anexo III deste Edital e do item 4 do Termo de Referência, Anexo I deste edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

- 8.1. Colocar à disposição do CREDENCIADO todas as informações necessárias à execução dos serviços.
- 8.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, com vistas ao seu perfeito cumprimento, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ao CREDENCIADO as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas.
- 8.3. Atestar a execução do objeto por meio de servidor (es) especificamente designado(s) como fiscal(ais).
- 8.4. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Cláusula Segunda do Termo de Cessão de Uso, Anexo III deste Edital e do item 5 do Termo de Referência, Anexo I deste edital.

9. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1. O fluxo operacional dos serviços se dará conforme o item 3 do Termo de Referência, Anexo I deste

Edital.

10. DAS SANÇÕES

10.1. As sanções administrativas são as previstas no item 8 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital..

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. A presente contratação não implica desembolso pela CEDENTE, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

12. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E DOS RECURSOS

12.1. Analisada a documentação para verificação do cumprimento das exigências do Edital, a SR/PF/SE divulgará os nomes dos credenciados por meio de publicação de ato no Diário Oficial da União ou em site Oficial da Contratante.

12.2. Os interessados poderão recorrer do resultado publicado em relação à inabilitação, apresentando suas razões devidamente fundamentados e por escrito, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis contados do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação, ficando, nesse período, autorizada vista ao seu processo.

12.3. O recurso limitar-se-á a questões de habilitação ou inabilitação, considerando, exclusivamente, a documentação apresentada no ato da inscrição, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso para fins de complementação de documentos para habilitação.

12.4. O recurso será protocolado na Unidade de Protocolo da SR/PF/SE e direcionado à Comissão de Licitações, localizada à Avenida Augusto Franco, 2260, Siqueira Campos/Aracaju/SE ou pelo e-mail: **cpl.srse@dpf.gov.br**, ficando estabelecido o prazo de até 03 (três) dias úteis para reconsiderá-lo ou encaminhá-lo para análise da Autoridade Superior, que terá igual prazo para análise e decisão.

12.5. Não serão aceitos recursos por via postal, fax ou correio eletrônico, nem fora dos padrões e prazos previstos neste Edital.

12.6. Somente serão conhecidos recursos tempestivos, motivados e não protelatórios.

12.7. Não será admitido mais de um recurso do interessado versando sobre o mesmo motivo de contestação

13. DA HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

13.1. A documentação encaminhada pelos interessados será examinada pela Administração no prazo de 03 (três) dias úteis, para avaliação sobre a observância das regras previstas neste Edital.

13.2. Após homologação do credenciamento, o CREDENCIANTE encaminhará a cada CREDENCIADO o respectivo Termo de Homologação do Credenciamento.

13.3. Todas as instituições que forem credenciadas estarão aptas a instalar terminais de autoatendimento nos termos deste edital e de seus anexos.

14. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1. Os critérios de fiscalização, recebimento e aceitação do objeto estão previstos no item 7 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

15. DO PAGAMENTO

15.1. Conforme cláusula 11 deste edital, não haverá pagamento por parte da Administração a qualquer título, presente ou futuro, pelas atividades executadas pela Credenciada previstas no termo de Cessão de uso a ser assinado entre as partes.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Até 02 (dois) dias antes da data fixada para início do credenciamento, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital de Credenciamento mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico **cpl.srse@dpf.gov.br** ou por petição dirigida ou protocolada no endereço -Avenida Augusto Franco, 2260, Siqueira Campos-Aracaju/SE, no horário de 08:00 horas até às 17:00h horas, no horário oficial do Brasília/DF.

16.2. Caberá à Comissão de Licitações decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

16.3. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a retificação desse procedimento.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial da União será providenciada pelo CREDENCIANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias a partir daquela data.

18. DAS ALTERAÇÕES

18.1. Sempre que necessário, as cláusulas do Termo de Cessão de Uso, com exceção do que trata o objeto, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste instrumento como um todo, único e indivisível.

19. DA RESCISÃO

19.1. As regras previstas para rescisão estão na Cláusula Oitava, do Termo de Cessão de Uso, Anexo III deste edital.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela apresentação de documentos relativos a este credenciamento.

20.2. Aplicam-se ao presente credenciamento a Lei 8.666/93 e demais normas legais pertinentes

20.3. Os interessados em se credenciar assumem todos os custos de preparação e apresentação dos pedidos de credenciamento e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de credenciamento.

20.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração

20.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento dos interessados no credenciamento, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.7. O Edital está disponibilizado na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br>, poderá também ser solicitado por meio de e-mail: cpl.srse@dpf.gov.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Avenida Augusto Franco, 2260, Siqueira Campos-Aracaju/SE, no horário de 08:00 horas até às 17:00h horas, no horário oficial do Brasília/DF, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

20.8. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.8.1. **ANEXO I – Termo de Referência;**

20.8.2. **ANEXO II – Modelo de Pedido de Credenciamento;**

20.8.3. **ANEXO III – Termo de Cessão de Uso.**

MARCOS RENATO DA SILVA LIMA

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional da Polícia Federal em Sergipe

Aracaju, 23 de agosto de 2019.